

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Energia solar cresceu 70% em dois anos	2
Título: Notas	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Projetos inacabados provocam perdas de R\$ 2 bi para a Petrobrás	5
Título: Sem obra, estatal não terá como escoar gás	7

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Energia solar cresceu 70% em dois anos**

Setor estima que, até 2030, vai responder por 10% da matriz energética, apesar do cancelamento de leilão.

A geração de energia solar está experimentando um boom, como ocorreu anos atrás com a energia eólica, tendo crescido mais de 70% a capacidade de geração nos últimos dois anos. Cerca de 90% das unidades existentes foram instaladas neste período, segundo dados da SER Energia, empresa do setor. Apesar da perspectiva de forte crescimento, o governo federal cancelou o leilão de energia renovável, que seria realizado em 19 de dezembro e que incluía projetos de energia solar. O presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Sauaia, disse que o setor, que se preparava para participar do leilão, foi surpreendido com a suspensão. Para o executivo, foi um sinal ruim aos investidores.

O executivo calculou que poderiam ter sido contratados pelo menos 1.500 megawatts (MW) em projetos de energia solar, que representariam investimentos de R\$ 9 bilhões até 2019: — Foi um golpe duro para o setor no momento em que está em fase de desenvolvimento. É um sinal muito ruim para atrair novos investimentos, seja na ampliação da geração ou na fabricação de equipamentos. A energia solar está se tornando fonte complementar de geração à energia hidrelétrica, que é limpa e renovável. Apesar da suspensão do leilão de energias renováveis, empresários e especialistas acreditam que a energia solar vai continuar crescendo a taxas elevadas no país nos próximos anos. Segundo a Absolar, com base nas projeções feitas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os projetos de energia solar podem chegar a 25 gigawatts (GW) em potência instalada até 2030.

Eles poderão representar investimentos de R\$ 125 bilhões. Com essa expansão, se estima que a participação da energia solar na matriz energética vai passar de 0,02% em 2015 para mais de 10% em 2030. A expectativa é que dos 25 GW de energia solar previstos para serem instalados até 2030, 17 GW sejam de geração centralizada (usinas de grande porte) e 8,2 GW de geração distribuída (em casas, edifícios comerciais e públicos, condomínios e na área rural, como em fazendas). A expectativa de o país atingir 25 GW de energia solar em 2030 integra um dos cenários construídos pela EPE, que serviu de base para o compromisso do Brasil na definição das metas nacionais de redução das emissões de gases do efeito estufa.

HÁ 111 PROJETOS EM ANDAMENTO

Ao todo, existem 111 projetos em andamento, dos quais 12 em construção, com um total de 346 mil quilowatts (KW), e outros 99 empreendimentos que ainda não foram iniciados, de 2.634.397 KW. Com esses projetos, a Absolar estima que, já em 2018, a participação da energia solar na matriz energética ficará entre 2% e 3%. De acordo com dados da Absolar, o segmento de microgeração solar cresceu 320% em 2015, com mais de seis mil sistemas em todo o país, com 42 MW em potência instalada, representando investimentos de R\$ 375 milhões. Na geração centralizada, a gigante italiana de energia Enel (controladora das distribuidoras de energia Ampla, que atua em 66 municípios Estado do Rio, a Coelce, no Ceará, e recentemente a Celg, que serve ao estado de Goiás) tem fortes investido em energia solar no país.

Por meio de sua subsidiária Enel Green Power Brasil, a empresa está desembolsando cerca de US\$ 980 milhões em quatro plantas solares (Nova Olinda, no Piauí, Ituverava, Horizonte e Lapa, na Bahia) que somam 807 megawatts (MW). A usina de Nova Olinda é a maior planta solar atualmente em construção na América Latina, com uma capacidade de 292 MW. Uma vez concluídas, as quatro usinas serão capazes de gerar mais de 1,7 Terawatt/ hora (TWh) por ano, o suficiente para atender a mais de 845 mil lares brasileiros por 12 meses. Adley Piovesan, diretor executivo da SER Energia, do grupo SER-Tel, que executa projetos de energia solar e comercializa energia, disse que o crescimento das fontes renováveis na China e na Alemanha vem reduzindo drasticamente os custos dos equipamentos:

— Essa redução de preços fez o prazo de retorno do investimento em um projeto de geração solar cair de 25 anos para cerca de oito anos. O crescimento da geração de energia solar tem sido exponencial, e o potencial de expansão é absurdo. Estão vindo investimentos de fora do Brasil, além dos que estão sendo feitos por concessionárias no país. Piovesan diz que o governo tem que aumentar linhas de crédito para compra de equipamentos no exterior e reduzir impostos. Cyro Boccuzzi, membro sênior do Instituto dos Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (IEEE), diz que há avanços na regulação sendo elaborada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), permitindo a chamada geração remota por microempreendedores:

— Agora podem se formar condomínios de consumidores que implementem um projeto em qualquer outra parte da região atendida pela mesma concessionária. Antes só era possível gerar energia no seu próprio local de consumo. O especialista estima que, por R\$ 20 mil, é possível instalar uma unidade para gerar 2 KW, o suficiente para suprir mais de 90% do consumo de uma família de quatro pessoas: — Em alguns anos, o consumidor tem o retorno do investimento e passará a gerar sua própria energia limpa, a um baixo custo

de manutenção dos equipamentos e se livrando das elevadas tarifas de energia, que subiram mais de 50% em 2015. Acredito que o país poderá ter mil MW instalados de energia solar em oito a dez anos.

MAIS FINANCIAMENTO DO BNDES

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso, afirma que já vêm sendo adotados vários tipos de estímulos para o desenvolvimento da energia solar no país. Ele cita o convênio com o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que autoriza os governos estaduais a isentarem de ICMS a energia que é liberada para a rede devido ao insumo obtido com a minigeração distribuída. A redução de mais de 70% no preço da energia solar nos últimos dez anos e o aumento de mais de 50% nas tarifas de energia elétrica em 2015 impulsionaram a geração solar no Brasil, de acordo com a Absolar.

=Segundo dados da Aneel, são 5.525 sistemas de micro e minigeração, dos quais 5.437 (98,4%) são de fonte solar, sendo 78% de uso residencial, 15% comercial e o restante, implementado nas indústrias, em edifícios públicos e em propriedades rurais, entre outros. A Aneel projeta que a minigeração cresceu cerca de 800% em 2016. O BNDES também ampliou sua fatia de financiamento em projetos solares de 70% para 80%.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Fator Murilo

Tem muita empresa que, ao primeiro sinal de crise, reduz o quadro de pessoal. Mas não foi, veja só, o que fez a gigante Vale, embora o preço do minério tenha despencando de US\$ 191, em 2011, para US\$ 37, em janeiro de 2016. Neste período, mesmo passando adiante alguns negócios, a mineradora aumentou seu número de empregados de 72.000 para 76.000.

O pior já passou...

Isto foi possível porque, apesar de o volume de produção ser maior, a mineradora conseguiu reduzir em 32% seus custos em dólares. Em despesas gerais, administrativas e vendas, a redução foi de 80%. — Perdemos 80% da receita. Um duro golpe. Mas, graças a Deus, catamos todas as moedas para evitar um problema social — respira aliviado o mineiro Murilo Ferreira, 64 anos, presidente da Vale.

Happy end...

Aliás, o preço do minério de ferro voltou a subir.

Imperialismo brasileiro

O diplomata Sérgio Amaral, embaixador brasileiro em Washington, está com o plano de criar um conselho de empresas brasileiras que investem nos EUA. Companhias tupiniquins já investiram US\$ 25 bilhões por lá e são responsáveis por 80 mil empregos.

Tensão no ar

As relações entre Pezão e Pedro Parente andam tensas. É o Rio querendo aumentar a receita com o petróleo e a Petrobras embarreirando. A razão está com... os dois.

‘Meu pai-pai’

A Lava-Jato está investigando se Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro e amigo do peito de Renan, transferiu para a campanha de Renan Filho ao governo de Alagoas, em 2014, recursos destinados à contratação de embarcações para o escoamento da produção de etanol pela hidrovía Tietê-Paraná.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Projetos inacabados provocam perdas de R\$ 2 bi para a Petrobrás

Nova realidade. Obras polêmicas paralisadas pela empresa, como a do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, continuam a gerar prejuízos bilionários apenas com o desgaste dos materiais.

A Petrobrás inicia o ano de 2017 com o caixa menos comprometido com dívidas do que ingressou em 2016. No mercado financeiro, as ações estão em escalada ascendente. Mas, no seu encalço, ainda existem R\$ 6,25 bilhões (valor contábil) de obras inacabadas, que já não condizem com a nova Petrobrás.

Sem destino definido, esses projetos geraram perdas de R\$ 2,05 bilhões por desgaste, por causa do passar do tempo, como informou a empresa na última demonstração financeira, relativa ao período de janeiro a setembro deste ano. Mudanças nas condições de mercado, como no câmbio e na cotação do

petróleo, corroeram parte do dinheiro investido e alguns deles se tornaram definitivamente inviáveis.

“Parar grandes obras como a do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) gera prejuízos fantásticos. Qualquer retomada tem alto custo. E a paralisação acontece justamente num momento em que o País precisa de refino (para reduzir a importação de combustíveis)”, avalia o vice-presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira.

Na lista de perdas por causa da mudança de rumo da empresa estão empreendimentos suspensos, como o Comperj, no qual já foram investidos US\$ 13 bilhões, sem a segurança sequer de que virá a funcionar um dia, e outros definitivamente abandonados. Hoje, a meta da diretoria da Petrobrás é sanar o caixa e deixar a liderança do ranking das petroleiras mais endividadas do mundo.

Para isso, mira na venda de ativos e prioriza a exploração e a produção de petróleo e gás natural em áreas de grande produtividade e rentabilidade, como o pré-sal, que deve ser processada em suas próprias refinarias no Brasil ou exportada como matéria-prima bruta. A ideia é fazer isso sozinha ou ao lado de grandes petroleiras, suas parceiras estratégicas, como a francesa Total.

Ficou no passado o projeto de usar o pré-sal como âncora de um plano de governo de industrialização, que previa a transformação do petróleo de alta rentabilidade em insumo para fabricação de produtos de alto valor agregado, em unidades que seriam construídas pela estatal isoladamente, com sócios ou por terceiros.

Durante a gestão petista da petroleira, em que plantas chegaram a ser construídas, investidores privados demonstraram interesse em estar ao lado dela. Mas, chegada a crise, o plano foi abandonado, investidores desapareceram e grandes projetos ficaram no meio do caminho.

Baixas contábeis. Muitos desses investimentos interrompidos geraram baixas contábeis em sucessivos resultados financeiros da petroleira e ainda geram custos mensais de manutenção à companhia. Fazem parte da lista de desistência: quase a totalidade do Comperj, no Rio de Janeiro; a segunda fase da Refinaria Abreu e Lima (Refinaria do Nordeste - Rnest), em Pernambuco, onde já foram investidos US\$ 17 bilhões;

a Petroquímica Suape, em Pernambuco; a Unidade de Fertilizante Nitrogenado III, situada no município de Três Lagoas (MS); a usina de Quixadá, produtora de biodiesel na Bahia; e um conjunto de comboios da Transpetro, subsidiária de logística da estatal, para navegação em hidrovias.

De alguns deles, a Petrobrás definitivamente desistiu. É o caso da Petroquímica Suape, cuja venda para o grupo mexicano Alpek foi fechada na semana passada, da unidade de fertilizantes, da usina de Quixadá, que também estão à venda, ao lado de áreas produtoras de óleo e gás, dentro do plano de desinvestimento. A construção dos comboios da Transpetro pelo estaleiro Tietê foi suspensa.

Enquanto outros projetos, para irem adiante, ainda dependem da atração de sócios, por enquanto desconhecidos, como o Comperj e a segunda fase da Rnest. Há obras definitivamente canceladas, ainda que na fase inicial, como as refinarias premium, projetadas para os Estados do Ceará e do Maranhão.

Os terrenos onde seriam construídos os projetos estão abandonados, enquanto os respectivos governos estaduais tentam atrair sócios para substituir a Petrobrás. Campos produtores de petróleo e gás foram suspensos à espera da melhora nas cotações do petróleo e do real frente ao dólar, o que pode torná-los economicamente viáveis novamente.

Não chegam a ser abandonos, mas postergações, projetos que podem ser retomados em algum momento com a mudança de cenário da indústria petroleira. Procurada pela reportagem, a Petrobrás não se pronunciou sobre o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: F.N.

Título: Sem obra, estatal não terá como escoar gás

Petrobrás corre para concluir unidade de processamento de gás para receber produção da Bacia de Santos.

A Petrobrás corre contra o tempo para concluir a unidade de processamento de gás natural (UPGN) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e poder receber o gás natural que será produzido a partir de 2021 na super área de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. Sem a unidade, a Petrobrás e seus sócios em Libra não terão para onde escoar o gás.

Apesar de o Comperj ter sido suspenso, é certo que a UPGN sairá do papel para que o gás do pré-sal seja transformado em insumo petroquímico. A outra opção seria queimar o combustível nas plataformas, o que traria grande prejuízo ambiental, financeiro e geraria multa por parte da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Na UPGN do Comperj, o gás será transformado em insumo para ser processado em outras unidades petroquímicas de segunda e terceira gerações até que, por fim, virem resina para serem usadas em outras indústrias, como têxtil e automobilística. O esperado era que também esses segmentos industriais consumidores fossem atraídos para próximo do Comperj.

Mas, assim como o projeto da Petrobrás sucumbiu à crise da empresa e da economia, o governo do Rio se viu frustrado no seu plano de industrialização do interior fluminense. Hoje, o dilema da Petrobrás é construir a UPGN e garantir destino para o gás do pré-sal. A empreiteira Queiroz Galvão chegou a iniciar a obra, mas, investigada pela Lava Jato e impossibilitada de acrescentar aditivos ao contrato para ampliar o valor, abandonou o projeto.

Nova licitação está sendo desenhada e deve ser lançada no mercado em março, segundo fonte da Petrobrás que participa diretamente do processo, mas não quis se identificar. Concluída essa fase, a Petrobrás vai encarar ainda o desafio de escoar o insumo que será produzido na UPGN para empresas que compõem a cadeia petroquímica e que, pelo projeto inicial, se instalariam dentro do Comperj.

Algumas soluções estão sendo analisadas. Entre elas, a venda do produto para a unidade da Braskem instalada em Duque de Caxias (RJ), o que exigiria a ampliação. A limitação, porém, está na controladora da Braskem, a Odebrecht, investigada pela Operação Lava Jato. “A Rota 3 (dutos e UPGN) gera insumos petroquímicos para unidades de geração petroquímica que não serão construídas.

Por que não reprojeter a Rota 3 e torná-la mais barata? O Moro (Roberto, diretor de Desenvolvimento e Tecnologia da Petrobrás) diz que não há mais tempo”, diz o vice-presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás, Fernando Siqueira.

MME / ASCOM